


**ITINERÁRIOS DE PESQUISA: A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS NO
CAMPO ACADÊMICO**

**RESEARCH ITINERARIES: THE PARTICIPATION OF YOUNG CHILDREN IN THE
ACADEMIC FIELD**

**ITINERARIOS DE INVESTIGACIÓN: LA PARTICIPACIÓN DE LOS NIÑOS PEQUEÑOS
EN EL ÁMBITO ACADÉMICO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-191>

Data de submissão: 18/08/2025

Data de publicação: 18/09/2025

Cléo Ferreira Gomes

Doutor

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE/UFMT)

E-mail: gomescleo.cg@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0451-1011>

Ellen Cristine Campos de Souza Coelho

Mestra em Educação

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE/UFMT)

E-mail: ellencristine.coelho@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9013-3687>

Eva Laura Fortes Ferreira Gomes

Mestra em Educação

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE/UFMT/CNPq)

E-mail: evalaurasfortes@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8405-7359>

Jaqueline Aparecida Falco Walderrama

Especialista em Educação Infantil

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE/UFMT)

E-mail: jaquefalco@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1721-0314>

Peterson de Oliveira Rosa

Especialista em Pedagogia do Esporte

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE/UFMT)

E-mail: petersonrosarosa@me.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6548-4497>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo partir das possibilidades metodológicas existentes no campo acadêmico, que podem subsidiar pesquisas desenvolvidas com crianças pequenas. As reflexões apresentadas decorrem de um recorte de estudos bibliográficos e discussões desenvolvidas ao longo das produções científicas desenvolvidas pelo grupo de estudo e pesquisa sobre a corporeidade e a ludicidade (GEPCOL). Parte-se da inquietação: como garantir a participação de crianças em pesquisas, sem

negligenciar seus direitos e protagonismo? Para tanto, utilizou-se a abordagem qualitativa com base em pesquisa bibliográfica, conforme Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2002). O estudo abrange legislações e tratados que asseguram os direitos das infâncias, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção dos Direitos da Criança (1989), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), entre outros documentos nacionais e internacionais. Dialoga-se ainda com teóricos como; Clifford Geertz (1989), Corsaro (2011), Sarmiento (2005; 2013), Carpentier (2001) e Lansdown (2009), Larrosa (1999), Brougère (1995, 1998 e 2001), Kohan (2010), Huizinga (1990), Gregory Bateson (1977), Steinberg e Kincheloe (2001), Brian Sutton-Smith (2017), Jean Château (1987), Michel Maffesoli (1984, 1987, 1998), Eisenhart e Howe (1992), Konrad Lorenz (1993, 1986), dentre outros. As discussões articulam conceitos, como: metodologias, autonomia e participação de crianças, destacando a importância de reconhecê-las como sujeitos de direito e protagonistas nos processos de pesquisa. Os resultados apontam que há uma emergência do campo para a valorização do discurso da criança, enquanto atores sociais, que produzem e se comunicam, permitindo visões confiáveis do mundo e mantendo o direito de participar ativamente nele.

Palavras-chave: Crianças. Participação. Metodologias. Pesquisa.

ABSTRACT

This article aims to build on the existing methodological possibilities in the academic field that can support research carried out with young children. The reflections presented result from a selection of bibliographic studies and discussions developed throughout the scientific productions of the study and research group on corporeality and playfulness (GEPCOL). The central concern is: how can children's participation in research be ensured without neglecting their rights and protagonism? To this end, a qualitative approach was used, based on bibliographic research, following Marconi and Lakatos (2003) and Gil (2002). The study encompasses legislations and treaties that guarantee children's rights, such as the Universal Declaration of Human Rights (1948), the Convention on the Rights of the Child (1989), the Statute of Children and Adolescents (1990), among other national and international documents. The discussion also engages with theorists such as Clifford Geertz (1989), Corsaro (2011), Sarmiento (2005; 2013), Carpentier (2001), Lansdown (2009), Larrosa (1999), Brougère (1995, 1998, 2001), Kohan (2010), Huizinga (1990), Gregory Bateson (1977), Steinberg and Kincheloe (2001), Brian Sutton-Smith (2017), Jean Château (1987), Michel Maffesoli (1984, 1987, 1998), Eisenhart and Howe (1992), Konrad Lorenz (1986, 1993), among others. The discussions articulate concepts such as methodologies, autonomy, and children's participation, emphasizing the importance of recognizing them as subjects of rights and protagonists in research processes. The results indicate that there is an emerging need in the field to value children's discourse as social actors who produce and communicate, offering reliable views of the world while maintaining their right to actively participate in it.

Keywords: Children. Participation. Methodologies. Research.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo partir de las posibilidades metodológicas existentes en el campo académico, que pueden apoyar investigaciones realizadas con niños pequeños. Las reflexiones presentadas se derivan de una selección de estudios bibliográficos y discusiones desarrolladas a lo largo de las producciones científicas del grupo de estudio e investigación sobre la corporeidad y la ludicidad (GEPCOL). La inquietud central es: ¿cómo garantizar la participación de los niños en las investigaciones sin descuidar sus derechos y protagonismo? Para ello, se utilizó un enfoque cualitativo basado en investigación bibliográfica, siguiendo a Marconi y Lakatos (2003) y Gil (2002). El estudio abarca legislaciones y tratados que aseguran los derechos de la infancia, como la Declaración Universal de los Derechos Humanos (1948), la Convención sobre los Derechos del Niño (1989), el Estatuto del

Niño y del Adolescente (1990), entre otros documentos nacionales e internacionales. Además, dialoga con teóricos como Clifford Geertz (1989), Corsaro (2011), Sarmento (2005; 2013), Carpentier (2001), Lansdown (2009), Larrosa (1999), Brougère (1995, 1998, 2001), Kohan (2010), Huizinga (1990), Gregory Bateson (1977), Steinberg y Kincheloe (2001), Brian Sutton-Smith (2017), Jean Château (1987), Michel Maffesoli (1984, 1987, 1998), Eisenhart y Howe (1992), Konrad Lorenz (1986, 1993), entre otros. Las discusiones articulan conceptos como metodologías, autonomía y participación infantil, destacando la importancia de reconocer a los niños como sujetos de derecho y protagonistas en los procesos de investigación. Los resultados señalan que existe una emergencia en el campo para valorar el discurso de los niños como actores sociales que producen y se comunican, ofreciendo visiones confiables del mundo y manteniendo su derecho a participar activamente en él.

Palabras clave: Niños. Participación. Metodologías. Investigación.

1 INTRODUÇÃO

“A estação das búricas marcava o nó do dedão, com um calo grosso, rachado igual terra seca. Logo começava a estação das rolimãs, e as rachaduras desse calo enchiam de graxa, ficavam ali entupidas até a estação das mangas”

(Minha estação de mar — Domingos Pellegrini Jr.)

Assim como o vai e vem das estações, escrever torna-se por que não dizer, traquejo, para estudantes/pesquisadores em curso de sua formação. À nossa volta, mais do que ensinar e aprender-vendo-fazer nos deparamos com assuntos que tornam-se “regentes” em nossas pesquisas, aqui no caso a Ludicidade e as questões éticas e metodológicas nas pesquisas desenvolvidas com crianças pequenas. A ludicidade nos aparece com um fenômeno de aspetos relacionáveis com crianças de grupo culturais em formação.

O mundo da imaginação torna-se realidade dentro de suas fantasias. O sociólogo francês Michel Maffesoli, conhecido sobretudo pela popularização do conceito de tribo urbana em 1985, que no geral, diz que esse fenômeno surge da necessidade dos jovens se agruparem, pertencerem a um grupo para criarem a sua identidade, chamando de “dimensão aberta”, subcultura social urbana. Empregando noções e pressupostos no lugar de conceitos, e a “liberdade de olhar” que propôs constituir o “lado das sombras” do caso social que ficou um pouco desfocado por outras análises. Assim, os grupos infantis, ou tribos urbanas tornam-se observatório de pesquisas sobre seus pertencentes, crianças e adolescentes.

No sentido oposto às sombras, as crianças veem e viajam ao mundo dos sonhos ludicamente e desenvolvem capacidades essenciais para vida. Já a cultura é compreendida como — conjunto de características que o indivíduo herda ou aprende em seu convívio social, com sua família, sua “tribo” e os demais indivíduos que fazem parte do seu dia a dia. Portanto, a brincadeira, de mãos dadas com a ludicidade, é a forma de a criança viver a cultura de sua região com representações culturais de seu contexto histórico-social.

De antemão, como afirma Gilles Brougère, um sociólogo da brincadeira, (1998 *apud* MIZUSAKI; GOMES 2017, p. 33), “a criança desde pequena aprende sobre a cultura através do brincar, reinterpretando seu significado de forma alegre e espontânea”. E através do brincar e da brincadeira, a criança aprende “modos de vida, hábitos, costumes, tradições, experiências, histórias e principalmente, a cultura de um povo, de uma sociedade e de uma nação”, ou seja, constrói a sua memória cultural.

Este artigo emerge a partir das possibilidades metodológicas existentes no campo acadêmico, que podem subsidiar pesquisas desenvolvidas com crianças pequenas, assim esperamos. Ao longo das discussões no teor do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Corporeidade e a Ludicidade — GEPCOL, as crianças, “su-jeitos” à espreita, continuamente, participantes de pesquisas em evidência no grupo,

se destacam tanto na observação do seu jeito de ser, de brincar, de se comportar no universo lúdico dos espaços de formação formais (instituições escolares), não formais (espaços de socialização infantil: parques, praças, zoológicos, etc.) e em espaços de ambientações educativas (salas de aula, áreas de convivência, espaços naturais) visitados também pelos integrantes do Gepcol.

O GEPCOL tem por intenção investigar o labor escolar, a corporeidade e escrutar interesses lúdicos nos espaços de formação de crianças e adultos, observando mais de perto a sua etologia¹. O Grupo é inscrito na linha de pesquisa “História da Educação, Culturas e Linguagens”, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Nossas lentes teóricas, em sua maioria, dito como socioantropológicas, são sugeridas por um distinto número de autores que abordam a temática do Jogo, brincadeira, cultura lúdica, infância e a corporeidade. Somos sempre bem acompanhados de cientistas como; Gilles Brougère (1995, 1998 e 2001), Roger Caillois (2017), Johan Huizinga (1990), Gregory Bateson (1977), David Le Breton (2016, 2019), Steinberg e Kincheloe (2001), Brian Sutton-Smith (2017), Jean Château (1987), Michel Maffesoli (1984, 1987, 1998), Erving Goffman (2011), Donald Winnicott (1975), Konrad Lorenz (1993, 1986), dentre outros, cujas as ideias compartilhamos para jogar luz às temáticas, que ora apresentamos.

No pergaminho das pesquisas do Grupo, surgem indagações sobre a escolha do caminho metodológico que mais se adequam no íterim de cada pesquisa. A indicação dos olhares e limites de sentido socioantropológico e pedagógico, são bussolares quando esclarecem as abordagens adotadas pelo nosso grupo. Essas abordagens funcionam como suportes teóricos na construção inicial de análise científica. No entanto, o alcance provisório dessas abordagens pode revelar perspectivas e até mesmo arranjos, à medida que se realizam aprofundamentos.

No tocante à natureza do Grupo, a díade orientador-orientando representa as etapas fundamentais no impacto de valorização: a empatia pelo objeto de pesquisa; as técnicas de estudo que se acoplam às necessidades e às características afetivas e pessoais, que segundo Ferreira, Furtado e Silveira (2009, on-line):

É o segredo do sucesso da relação orientador-orientando [...] Quando existe amizade prévia entre orientador e orientando, através da iniciação científica ou estágios, há maior probabilidade de êxito na formação do aluno. [...]. Condução do modelo pedagógico de cada orientador: envolve um conjunto de estratégias e comportamento e, é o que determina o

¹ Etologia (do grego: *ethos*, “hábito” ou “costumeiro” e *logia*: “estudo”) é a especialidade da biologia que estuda o comportamento animal. Esta ciência está ligada aos nomes de Konrad Lorenz e Niko Tinbergen, influenciada pela teoria da evolução, tendo como uma de suas preocupações básicas a evolução do comportamento através do processo de seleção natural. Para Lorenz, em sua obra “Os Fundamentos da Etologia” (1995, p. 141) é um estudo comparado do comportamento, baseado no fato de que existem mecanismos comportamentais que evoluem filogeneticamente, exatamente como os órgãos. É, portanto, a disciplina que aplica ao comportamento animal e humano todas as metodologias e todas aquelas perguntas feitas nos outros ramos da Biologia, desde o tempo de Charles Darwin.

entusiasmo, a participação e o envolvimento do aluno nesse caminho de formação. O aluno aprende a orientar com o próprio orientador.

A expertise na área de conhecimento a qual se dedica, são qualidades que se tornam indispensáveis num grupo de estudos e pesquisas, todos os integrantes se unem numa só força para que o grupo sustente os seus pressupostos, objetivos e interesses, com profissionalismo, criatividade, respeito, motivação, organização e dedicação. Assim anunciamos, de antemão, que para sustentar e discriminar a imagem do Gepcol, os estudos sobre metodologias acadêmicas tornar-se-ão importantes tarefas para aqueles que pretender estabelecer pesquisa sobre crianças, grupos infantis e infantes.

2 METODOLOGIA

Estudos sobre crianças são necessários para compreender como se molda a cultura contextualizada no tempo e o espaço. Em outras palavras, é brincando que a criança se humaniza, aprende a conciliar, de forma efetiva, a afirmação de si mesma à criação de vínculos afetivos duradouros. Pais e educadores que respeitam a necessidade de a criança brincar estão contribuindo, portanto, para os alicerces de uma adolescência mais tranquila, ao criar condições de expressão e comunicação dos próprios sentimento e visão de mundo.

Para captar os aspectos e trejeitos da rotina infantil, métodos são utilizados em face a essa situação, tem se observado como o criar condições para o brincar transfere-se cada vez mais da esfera exclusivamente familiar e escolar para onde entidades públicas e particulares, evidenciam uma progressiva toada de consciência do valor insubstituível do lazer e de suas íntimas relações com a saúde física e mental, em todos os seus aspectos e interações.

A democratização do acesso à educação, expandiu a oferta de vagas para um grande número de pessoas e, com isso, promoveu a formação de uma sociedade mais letrada e instruída popularizando o espaço escolar e, por isso, seus ritos, normas e regras foram amplamente internalizados nos diferentes grupos sociais. Outros procedimentos que se associam à tarefa da observação, como o quadro de referências teórico-metodológico do pesquisador interfere, modifica, determina a coleta de dados, a seleção de informantes, as abordagens mais naturalísticas ou mais estruturadas, as análises mais focais ou mais sistêmicas.

No ambiente escolar, a observação da cultura discente é bastante facilitada quando se tem a oportunidade de fazer uso de alguma tarefa de feição pedagógica. No trabalho de campo a cada momento diferentes do foco da análise para os quais a atenção do pesquisador se dirige, são situações que demandam a utilização de procedimentos de pesquisa e, nesse caso, se destaca a entrevista que, por sua frequente utilização, pode-se dizer que faz parte da observação de um universo cultural.

Bogdan e Biklen (1994) descrevem procedimentos, assemelhado a uma “conversa entre amigos”, como um processo importante de coleta de dados, que deve ser facilitado pela escolha de uma boa oportunidade. Esses autores falam, então, na transformação de uma situação favorável em uma oportunidade de realização de uma entrevista que costumam ser básicas para o progresso da investigação.

Não existe um método a, b, c ou d corretos para desenvolver pesquisas com participantes infantis, o que deve ser levado em conta para a participação de crianças, envolvem abordagens criativas e adaptadas às suas linguagens, como observação participante, conversas informais, entrevistas mediadas, jogos, desenhos e o uso de vídeos e caixas lúdicas para facilitar a expressão de pensamentos e vivências. Métodos participativos priorizam a autonomia, a criatividade e o respeito pelas singularidades infantis, permitindo que elas sejam protagonistas e compartilhem seus saberes de forma autônoma.

Tabela I: Técnicas comuns em pesquisas com crianças

<ul style="list-style-type: none"> OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: Se constitui num registro sistêmico em diário de campo, com anotações dos encontros. A variação dessa metodologia conciliou simultaneamente as falas e as devolutivas dos sujeitos participantes da pesquisa. 		<p>O pesquisador observa as crianças em seu ambiente natural, registrando suas falas, fotografias e desenhos para entender o seu cotidiano e suas perspectivas.</p> <p>Conversas informais e entrevistas mediadas usadas para estabelecer um vínculo e, a partir de questões estruturadas, dialogar com as crianças, captando suas inquietações e conhecimentos prévios.</p>
ARTEFATOS	Jogos	Jogos de sentenças incompletas ou outras atividades lúdicas facilitam a expressão das crianças de forma mais natural e descontraída.
	<ul style="list-style-type: none"> Uso de recursos lúdicos 	<p>O uso de desenhos é um método poderoso para que as crianças compartilhem seus pensamentos e processos imaginativos, revelando seu universo interior.</p> <p>Materiais como caixas com fantasias ou vídeos podem ser empregados para estimular a imaginação e a participação das crianças na pesquisa.</p>
PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS		
<ul style="list-style-type: none"> ABORDAGEM PARTICIPATIVA: De acordo com Almeida (2009, p. 69), “são as chamadas metodologias participativas, em que a pesquisa científica é entendida como um ato de empenhamento social, envolvendo, em colaboração mútua na co-construção do conhecimento, adultos e crianças”, que melhor expressam essa premissa. 		<p>O foco é dar voz e vez às crianças, considerando suas perspectivas e suas experiências para a construção do conhecimento.</p>

COMUNICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da autonomia 	<p>O foco é dar voz e vez às crianças, considerando suas perspectivas e suas experiências para a construção do conhecimento.</p> <p>A pesquisa deve permitir que as crianças ajam, criem e sejam escutadas, desenvolvendo sua autonomia e seu potencial questionador.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Respeito às linguagens infantis 	<p>É crucial que o pesquisador esteja atento às múltiplas linguagens da criança — falas, ações, olhares — para compreender seu mundo e suas experiências.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Linguagem lúdica 	<p>O lúdico é um elemento fundamental para garantir a participação e o desenvolvimento das crianças em todo o processo de pesquisa.</p>

Fonte: autoria dos autores

Um respaldo legal muito significativo a partir de alguns documentos formais de salvaguarda de direitos para as crianças, e encontra também respaldo acadêmico em áreas científicas como a sociologia da infância e mais, *lato sensu*, nos estudos da criança, que vieram afirmar a exigência de ultrapassar a imagem da criança como sujeito incapaz, e despossuída de competências e de voz significativa. A partir do momento em que se argumenta e mobiliza uma outra imagem de criança, enquanto sujeito ativo de direitos, estão criadas as condições para que se considere que na construção de conhecimento, acerca da infância é capital desenvolver possibilidades metodológicas e éticas que se inspirem e que respeitem esta imagem.

Confronta-se, no entanto, com relações de poder e hierarquias que não podem ser ignoradas, as quais exigem uma vigilância epistemológica de modo a não se consubstanciarem enquanto eternos fatores de invisibilidade das crianças nas pesquisas. A participação das crianças, na sua dimensão mais *lato*, enquanto cidadã, e na sua dimensão mais *strictu* enquanto sujeito participante de processos de pesquisa, fica muitas vezes comprometida pelo fato de as mesmas continuarem muito atreladas a dimensões de dependência, imaturidade e portadoras de uma voz com pouca relevância. Mais recentemente, e decorrente do significativo aumento de pesquisas em que as crianças assumem maior protagonismo, muito se tem discutido acerca da forma como a “voz” da criança tem sido mobilizada na pesquisa.

De acordo com Fernandes (2001, p. 5):

Os enfoques das pesquisas e a adoção de estratégias ludo-investigativas para o trabalho com as crianças, consideram a própria criança como sujeito da pesquisa e não objeto dela. Isso significa tomá-la como interlocutora principal, portanto, protagonista, e, que seu pensamento, sua voz e suas ações são consideradas como importantes no processo de apreensão e conhecimento do mundo. Significa, portanto, dar voz às crianças na interpretação dos seus mundos sociais e culturais, uma vez que parte-se do pressuposto de que as crianças são atores sociais competentes para a interpretação da realidade social. (FERNANDES, 2001 p. 5).

3 RESULTADOS: PREPARANDO A PESQUISA — A OBSERVAÇÃO DO OBJETO

Um grupo de pesquisa é composto por interesses individuais mútuos que não necessariamente terão uma ligação a longo prazo ou formarão um círculo de conhecimento. Mesmo sendo momentâneos, esses interesses contribuirão para estudos que servirão como ponto de partida para outros, conforme os interesses sociais dos participantes. E isso ainda sugere que através do movimento corporal-gestual formativo, a Educação Física e a Pedagogia poderão tornar-se sítios de pesquisas que podem revelar e/ou reforçar padrões de pensamento, valores e crenças, bem como demonstrar a pertença cultural do indivíduo a um determinado grupo, mesmo na academia, aqui no caso, o GEPCOL.

A observação é a primeira forma de aproximação do indivíduo com o mundo em que vive. O sociólogo francês Gilles Brougère (1998) responde a esse questionamento em uma entrevista concedida à revista Nova Escola (2010), ressaltando que: “A primeira atitude a tomar é observar”. Sem a observação, o enriquecimento não é possível porque não há conhecimento suficiente para tanto. Depois disso, é interessante refletir sobre a qualidade dos espaços destinados às brincadeiras, sejam eles externos ou internos.²

Aprender a aprender é fundamental para a sobrevivência humana. Ao olhar, sentir e experienciar, entramos no mundo, começamos a nos comunicar e iniciamos o conhecimento a respeito dos seres que nele habitam. Características específicas de sistematização de condutas e procedimentos e de focalização em torno de um objeto determinado, constitui também um procedimento básico de investigação científica, *Ipsis litiris*, da experimentação. É durante os momentos de observação que o pesquisador estabelecerá a relação de conhecimento com o seu objeto de estudo. Por sua vez, um fenômeno concreto da vida social, imbricado em relações sociais e de poder geram significados socialmente compartilhados.

A observação direta da realidade, mantém um papel relativo ao contexto da construção da teoria sociológica. A observação participante tornou-se uma referência importante na distinção entre abordagens, caracterizando-se num sentido geral, pela presença constante do pesquisador no campo e a observação direta das atividades de um grupo no local de sua ocorrência.

O primeiro momento em campo, em contato com o seu campo de trabalho. Eisenhart e Howe (1992) chamam atenção sobre o tempo de permanência no campo de investigação, assim como o cuidado com a linguagem e a postura do pesquisador. Após a escolha do lócus de sua observação, todos

² Entrevista com Gilles Brougère sobre o aprendizado do brincar. In: Revista Nova Escola, n. 23, mar. 2010. Disponível em: ><http://revistaescola.abril.com.br/crianca-e-adolescente/desenvolvimento-e-aprendizagem/entrevista-gilles-brougere-sobre-aprendizado-brincar-jogo-educacao-infantil-ludico-brincadeiracrianca-539230.shtml?page=2>< Acesso em Set. 2019.

os cuidados na entrada em campo são necessários para que se construa um clima favorável ao trabalho acadêmico e pedagógico. A prática pedagógica esteve sempre regulamentada por leis, decretos e diversas formas de fiscalização vinculadas às secretarias de educação. Culturalmente, segundo Geertz (1989, p. 15) “o homem é um animal amarrado às teias de significados que ele mesmo o teceu”, assim podemos dizer que nos embarçamos nas *mélanges* culturais que nos amalgamam e nos fazem percorrer distâncias que não veríamos a olho nu.

4 DISCUSSÃO

4.1 DESENVOLVIMENTO DAS DIMENSÕES EPISTEMOLÓGICAS, PRAGMÁTICAS E ÉTICAS NA PESQUISA COM CRIANÇA PEQUENAS

A ética nas pesquisas com crianças, partem de dois pressupostos: a dimensão epistemológica e pragmática. A primeira com ênfase no processo de construção do conhecimento temático, que implica a concepção epistemológica do pesquisador. A segunda é caracterizada pelas questões técnicas, éticas e de procedimentos metodológicos que serão previamente selecionados e avaliados como adequados ou não aos participantes de pesquisa.

Para iniciarmos o diálogo, vamos percorrer às questões epistemológicas, apresentando a construção histórica e social da infância. Nos últimos anos, estudos sobre infância evidenciam como uma construção social com fatores específicos que vão muito além de remeter-se à infância como apenas uma categoria que se define pela idade.

A Sociologia da Infância estuda e busca compreender as experiências das crianças na sociedade, reconhecendo-as como sujeitos ativos e capazes de participar na construção do mundo social. Além disso, discute-se a relevância de uma abordagem sociológica na promoção de políticas públicas mais efetivas e no reconhecimento dos direitos das crianças.

Nesta esteira, a Sociologia da Infância tem contribuído expressivamente por ser uma área que busca entender a sociedade infantil através do estudo da criança e da infância, quando promove a visibilidade sobre o papel social da criança e fortalece o campo das pesquisas científicas na segunda metade do século XX.

Nesse âmbito, novas ideias surgem para se compreender o que é ser criança e ter uma infância. Pensar sobre infância é buscar em todo contexto histórico a construção de sentidos atribuídos a ela que, em vários períodos, deixaram indícios de como foi e é entendida. A definição de infância que ora optamos tratar, neste estudo, é o de infância como uma construção social, com fatores específicos que estão além de remeter-se a ela como apenas uma categoria que se define pela idade. O pesquisador da infância, o lusitano Manoel Sarmiento assim a define:

A infância, sendo uma categoria que se define pela idade, é, no entanto, muito mais do que um simples conceito criado para dar conta da totalidade das pessoas que ainda não perfizeram a idade convencional de 18 anos. Há fatores sociais específicos, isto é, transversais à posição de classe, ao gênero, à etnia ou à cultura, que permitem pensar a infância como uma construção social, que se distingue dos outros grupos e categorias sociais e que caracterizam como um 'grupo minoritário', isto é, com um status social inferior por relação com os grupos dominantes, e, portanto, com uma situação de exclusão da participação plena na vida social. (SARMENTO, 2013, p. 7).

Todavia, há muitas crianças e infâncias construídas pelo nosso entendimento sobre o que é a infância e ser criança. Sarmiento (2013) ainda afirma que o significado de *ser criança* é considerado uma construção social e varia entre sociedades, culturas e comunidades, fator social e dentro de uma mesma família. Para esse fim, a concepção de criança, entendida por nós, é a de crianças como atores sociais com o direito à participação social e à partilha da decisão nos seus mundos de vida, portanto, uma construtora de culturas.

Estudos sobre infância apontam a criança como protagonista e construtora de saberes, e dona de uma cultura própria. Direitos foram direcionados a elas, inclusive, o direito a uma formação plena para a infância. A criança de hoje é compreendida como ser histórico inserido em uma sociedade, na qual reproduz e produz culturas.

Ao reconhecermos esta criança como produtora de cultura, tomamos como conceito basilar a definição de Culturas Infantis apresentado pelo sociólogo e pesquisador lusitano Manuel Jacinto Sarmiento (2005). Esse autor afirma que a concepção de culturas infantis se refere a uma lógica particular acionada pelas crianças a todo o momento para dar sentido às suas experiências, suas formas de pensar e de sentir, específicas na infância, das crianças e seus pares, distinta das dos adultos, mas não independentes destas.

No entanto, hoje, as políticas sociais procuram reafirmar esse direito humano aos pequenos, trazendo a possibilidade de aliar a assistência, a proteção, o cuidado e a educação, consolidando uma formação digna em diferentes contextos. Para o autor:

A consideração das crianças como actores sociais de pleno direito, e não como menores ou como componentes acessórios ou meios da sociedade dos adultos, implica o reconhecimento da capacidade de produção simbólica por parte das crianças e a constituição das suas representações e crenças em sistemas organizados, isto é, em culturas. (SARMENTO, 2013, p. 6).

É salutar a tarefa de compreensão dessa Sociologia da Infância, a partir das pesquisas feitas por Willian Corsaro (2011), um pesquisador norte-americano com formação em Sociologia, que tem se dedicado em estudos e pesquisas que propõe a noção de reprodução interpretativa, que fornece uma base para a nova Sociologia da Infância. Com esse conceito, o pesquisador mostra que as crianças

produzem culturas, e que esse processo não é somente uma imitação do mundo adulto, mas uma interpretação criativa.

O termo interpretativo abrange os aspectos inovadores e criativos da participação infantil na sociedade [...] as crianças criam e participam de suas próprias e exclusivas culturas de pares quando selecionam ou se apropriam criativamente de informações do mundo adulto para lidar com suas próprias e exclusivas preocupações. O termo reprodução inclui a ideia de que as crianças não se limitam a internalizar a sociedade e a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e mudanças culturais. (CORSARO, 2011, p. 31-32).

A reprodução interpretativa rompe com o pensamento linear. É um conceito que vê a criança no presente, cheia de potencialidades enquanto criança. Ela não se limita a imitar ou internalizar o mundo adulto, mas se esforça para interpretar e dar sentido à sua cultura e participar dela. Nessa tentativa de atribuir sentido ao mundo adulto, as crianças produzem, entre elas, seus próprios mundos e culturas de pares.

Em observância aos espaços de comunicação que podem ser potencializados pela participação ativa das crianças, evidenciamos o conceito de agência por Willian Corsaro (2011). Conforme o autor, a *agência* das crianças é a produção de culturas por meio das relações sociais que estabelecem com os pares e com os adultos, quando internalizam a sociedade e a cultura, ao mesmo tempo em que contribuem para sua mudança. Ele considera que características importantes das culturas de pares surgem e são desenvolvidas em consequência das tentativas infantis de dar sentido e, em certa medida, a resistir ao mundo adulto.

A infância também é compreendida por nós como um fenômeno, ao mesmo tempo, único por se tratar de sua natureza plural. Tal fenômeno faz-nos o convite a repensá-la e retratá-la de modo a trazer visibilidade para aquilo que não foi tocado e nem dito pelos discursos que vêm sendo construídos sobre ela. Segundo Walter Omar Kohan (2010, p. 126),

[...] a tarefa de escrever a infância extrapola o âmbito da língua, torna-se um ato político, uma afirmação política da igualdade e da diferença; a escrita torna-se uma manifestação de resistência a uma forma de relação conosco mesmos e com aquilo chamado de humanidade: assim, o desafio ao escrever a infância é deixar-se escrever por ela. (KOHAN, 2010, p. 126).

A valorização da infância provoca debates e exige reflexões, tanto nas ciências sociais como na educação, com objetivo de compreender a criança e sua infância na atualidade e como essas mudanças implicam no processo de socialização das novas gerações. Possibilitar que a criança ocupe o seu lugar de sujeito, ator e protagonista, é possibilitar que ela tenha direito à ação e voz na sociedade.

Ao percorrer o contexto histórico, esbarramos com as marcas daquilo que podemos intitular como a ausência de pensamento sobre a infância e as informações coletadas por meio da literatura

pertinente, que apontam o quanto essa temática está profundamente enraizada nos dramas de nossa sociedade merecendo destaque. Nos estudos de Ariès (1981, p. 156), podemos compreender um pouco mais sobre a concepção de falta do sentimento de infância:

O sentimento de infância não existia — o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. (ARIÈS, 1981, p. 156).

Em sua obra intitulada *História Social da Criança e da Família*, Philippe Ariès (1981) retratou com profundidade o entendimento sobre família e infância que se instaura no período da Idade Média. O autor buscou compreender esse sentimento de ausência sobre infância, identificando que essa compreensão estava relacionada a não consciência daquilo que era peculiar à criança (questões específicas da faixa etária) e não ao fator de falta de assistência ou negligência. O autor denota uma dimensão importante para o avanço de novos entendimentos sobre essa questão, visto que seus escritos revelam uma criança que possuía singularidades, mas aos olhos da sociedade vigente não se separava do mundo adulto. A percepção do historiador francês fez repercutir críticas e novas discussões acerca da especificidade infantil.

Ao apresentar o contexto de conquistas de direitos das crianças na legislação em nível internacional, podemos remontar à década de 1920, com a criação da Declaração de Genebra, que estabelece os direitos fundamentais das crianças. Posteriormente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 reafirmou o compromisso de proteção e cuidado das crianças. Já na década de 1980, a adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas representou um marco importante, estabelecendo direitos específicos para as crianças, como o direito à saúde, à educação, à proteção contra a violência e à liberdade de expressão.

A Convenção dos Direitos das Crianças de 1989 é um tratado internacional que estabelece os direitos fundamentais das crianças, reconhecendo-as como sujeitos de direitos. A convenção foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada por mais de 190 países. A Convenção aborda temas como saúde, educação, proteção contra maus-tratos e exploração, além de garantir o direito à participação e expressão das crianças. Seu impacto tem sido significativo na conscientização sobre os direitos das crianças e na formulação de políticas públicas voltadas à promoção e proteção desses direitos (ONU, 2024).

No Brasil (1990; 2016), dentre os princípios e diretrizes estabelecidos, temos a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Marco Legal da Primeira Infância. Esses

documentos incluem medidas específicas para garantir o acesso a cuidados, saúde, educação e proteção social desde os primeiros anos de vida.

Iniciando com a Constituição de 1988, os princípios fundamentais da proteção da criança, incluem o *princípio da dignidade da pessoa humana*, o *princípio da prioridade absoluta* e o *princípio da proteção integral*. O *princípio da dignidade da pessoa humana* estabelece que a criança deve ser tratada com respeito e consideração, garantindo seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social (Brasil, 1988). O *princípio da prioridade absoluta* determina que a criança deve ser a prioridade nas políticas públicas e na alocação de recursos, assegurando seus direitos de forma preferencial. Já o *princípio da proteção integral* abrange a garantia de todos os direitos da criança, sem discriminação de qualquer natureza, e envolve a atuação conjunta da família, da sociedade e do Estado para promover seu bem-estar e prevenir situações de vulnerabilidade.

A introdução ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aborda a importância e o contexto histórico da criação dessa legislação, que ocorreu em 1990. O ECA foi um marco na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil, abrangendo aspectos como saúde, educação, proteção contra a violência e exploração, entre outros.

Instituído pela Lei nº 13.257/2016, de 8 de março de 2016, o Marco Legal da Primeira Infância é um passo significativo, no Brasil, na proteção e promoção dos direitos das crianças de 0 a 6 anos (Brasil, 2016). Essa legislação é considerada um avanço no reconhecimento da importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano, e vem estabelecer uma série de diretrizes e políticas públicas voltadas para garantir o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças nessa fase crucial.

O período da primeira infância — do nascimento aos seis anos — é reconhecido, em estudos de neurociência e psicologia, como a fase mais intensa de desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social de uma pessoa. Durante esse período, as experiências e os estímulos vivenciados pelas crianças são determinantes para a formação de suas habilidades cognitivas e sociais ao longo da vida. O escritor francês Jean Château (apud Claperède, 1987, p 15) destaca que:

[...] quanto mais longa a infância, maior o período de plasticidade durante o qual o animal brinca, joga, imita, experimenta, isto é, multiplica suas possibilidades de ação e enriquece com o fruto de sua experiência individual o fraquíssimo capital que lhe foi transmitido como herança. (CHÂTEAU, 1987, p. 15).

Durante a infância, o cérebro da criança possui a capacidade de se adaptar e formar novas conexões. Essa capacidade advinda da remodelação cerebral é chamada de Plasticidade Cerebral. O

desenvolvimento infantil é um processo complexo e dinâmico, que possui capacidade de construção e reconstrução.

Neste sentido, o Marco Legal da Primeira Infância surge, portanto, como uma resposta à necessidade de garantir que as crianças dessa faixa etária tenham acesso a um ambiente adequado para o seu pleno desenvolvimento. A legislação visa orientar as políticas públicas, os serviços e os programas voltados às crianças, considerando a importância do cuidado familiar, da educação, da saúde, da proteção contra a violência e da participação ativa da sociedade. Posteriormente, isso contribui para o desenvolvimento humano e social do país, reconhecendo a importância de um cuidado integral nos primeiros anos de vida. No entanto, sua eficácia depende da aplicação prática dessas diretrizes e do comprometimento das autoridades e da sociedade em garantir que cada criança tenha acesso a um ambiente seguro, saudável e estimulante para o seu desenvolvimento.

A infância é uma fase importante para o desenvolvimento físico, psíquico e cognitivo do indivíduo. A qualidade dos cuidados e da educação que a criança receberá nessa fase pode afetar profundamente a sua vida. O Marco legal da Primeira Infância expressa ações voltadas para: estabelecer princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas; priorizar a proteção das crianças e seu desenvolvimento; garantir o direito de brincar e priorizar qualificação de profissionais para cuidar das especificidades da primeira infância.

Abordar a importância de reconhecer as crianças como membros ativos da comunidade, capazes de contribuir com suas ideias e perspectivas e discutir a necessidade de promover espaços que permitam a expressão e participação das crianças, visando a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática é necessário. Destacamos o conceito de *Agência*, muito discutido na sociologia da infância, como uma maneira de reconhecer que as crianças sejam consideradas dignas de estudos, partindo das suas próprias individuações e especificidades.

A partir das pesquisas, quando as crianças assumem seu protagonismo, é possível pensar e organizar estratégias e ações voltadas a elas. Escutar o que as crianças têm a falar sobre seus modos de vida é imprescindível para que possamos compreendê-las a partir de suas concepções, servindo como ferramentas de valorização da infância.

Para o pedagogo espanhol Jorge Larrosa (1999, p. 186), precisamos ouvir as falas das crianças, mais simples que sejam: “as palavras simples são as mais difíceis de escutar. Logo acreditamos que as entendemos e imediatamente, sem ouvi-las, as abandonamos e passamos para outra coisa”. O pesquisador deve planejar, testar e avaliar seus métodos e assim, refletir sobre as complexidades que abraçam o que as crianças dizem, por meio de suas expressões e atitudes que farão com que o pesquisador perceba os mundos não falados e ouvir o que as crianças não respondem.

4.1.1 Dimensões paradigmáticas em pesquisa com crianças

Na análise sobre as dimensões paradigmáticas em pesquisa com crianças, nos reportamos a apresentar questões técnicas, éticas e de procedimentos metodológicos que serão previamente selecionados e avaliados como adequados ou não aos participantes de pesquisa. Nesse entendimento, propomos o conceito de *Participação* por Carpentier (2001) e Lansdown (2009). Para Carpentier a participação é definida pelas palavras acesso, interação e participação. As duas primeiras dimensões são condições para o exercício da terceira dimensão. Na escala de participação — Cocriação, Coprodução e Codecisão.

Em conformidade, Lansdown (2009) constitui níveis de participação de modo consultivo, colaborativo e autônomo. Ambos autores, embora evidenciem a importância do conceito de *Participação* na abordagem sociológica, também privilegiam a abordagem política, estando intrinsecamente relacionada à teoria democrática, que oferece uma dimensão teórica e conceptual mais robusta ao termo. Essa opção teórica resulta em que a relação entre participação e democracia esteja mais exposta, sujeita a uma dimensão ética.

O conceito de *ética* que adotamos aqui, de origem grega, tem sua definição no Dicionário Aurélio, âmbito da filosofia que analisa as razões que ocasionam, alteram ou orientam, a maneira de agir do ser humano, especialmente as que estão na base de quaisquer regras, preceitos ou normas sociais. A ética interroga, julga e guia a qualidade das nossas ações (Dicionário Aurélio, 2024).

Todavia, este aspecto implica na relação com os participantes durante a pesquisa, seguindo critérios cuidadosos como ser inclusiva, se adequar a indivíduos e grupos, contextos e repertórios socioculturais e linguagens; deverá considerar o consentimento dos participantes; respeitar os direitos humanos e atentar para os tempos dos participantes de pesquisa, ainda mais específicos às crianças pequenas e bem pequenas.

Considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, conforme o Art. 2º do ECA (Brasil, 1990). E possuir a participação de crianças em pesquisas é um tema que envolve a ética, a vulnerabilidade e a importância de lhes proporem o lugar de fala. Admitir as crianças como sujeitos ativos de direitos, socialmente relevantes, tem se mostrado um movimento crescente. Elas passam, assim, a ser consideradas agentes legítimos do conhecimento, movimento este que vai desenvolvendo novas perspectivas acerca da pesquisa sobre/e com crianças.

A Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, estabelece que é obrigatório o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para pesquisas com crianças maiores (Brasil, 2012). É necessário levar em consideração que as crianças são vulneráveis e que situações pouco planejadas podem levar a traumas irreparáveis. As crianças possuem informações valiosas que só

poderão ser acessadas a partir de suas ações e vozes, por isso avaliar o desenvolvimento cognitivo da criança, propor elementos apropriados de assentimento para diferentes faixas etárias e criar espaços e tempos, para que a pesquisa aconteça é fundamental.

Nessa proposição, é imperativo discutir mecanismos éticos e educativos que favoreçam tanto a autonomia, quanto à sensibilização dos pais sobre a importância de sua participação, conciliando proteção e envolvimento significativo. Para orientar formalmente os processos de investigação, existe um conjunto de documentos de regulação formal que devem reger tais pesquisas sob princípios éticos, e para garantir que os cuidados éticos previstos nesses documentos aconteçam, pesquisas que envolvam seres humanos contam com o TCLE, que descreve os cuidados éticos tomados e oferece o direito ao participante de exercer sua autonomia durante a participação do estudo.

No Brasil, o debate sobre ética em pesquisa tem sido intensificado nas duas últimas décadas, motivado, de acordo com Vicentin e Rosemberg (2018: 45), pela ampliação do controle social sobre as pesquisas, sendo um de seus marcos, afirmam as pesquisadoras, a promulgação pelo Ministério da Saúde da Resolução 196, em 1996, e de sua substituta, a Resolução 466, de 2012, que regula a pesquisa com seres humanos no Brasil. As autoras destacam que as duas resoluções têm sido criticadas no âmbito das ciências humanas e sociais (CHS) justamente por generalizarem inferências das ciências biomédicas para as demais áreas do conhecimento: Em meio a embates protagonizados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e pelo Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, criado em julho de 2013, com associações científicas dessas áreas, uma resolução complementar à 466, específica para essas ciências, entrou em vigor em 2016.

A Resolução 510/16 fez avançar o debate sobre o tema, mas mantém acesas controvérsias em torno da regulamentação da ética em pesquisa por esta continuar subordinada ao campo biomédico, dada a sua inserção institucional no Ministério da Saúde (Prado, Vicentin e Rosemberg, 2018, p.45). Trataremos agora de três questões e de como cada uma delas é abordada nas resoluções citadas. A primeira questão refere-se aos Consentimento Livre Esclarecido (CLE) e Assentimento Livre e Esclarecido (ALE). Na resolução 196, de 1996, apenas o Consentimento Livre e Esclarecido (CLE) é exigido e mencionado como documento pelo qual os sujeitos de pesquisa e/ou seu representante legal manifestam a sua anuência à participação na pesquisa. Na resolução 466, de 2012, o CLE é mantido como documento que expressa, da mesma maneira, a anuência do participante e/ou seu representante legal. Insere-se nessa nova resolução, o Assentimento Livre e Esclarecido (ALE), documento que apresenta a anuência do participante da pesquisa, criança ou adolescente, sendo que o ALE não exclui a exigência do CLE. A resolução de 510/2016, que complementou, como descrevemos anteriormente, a resolução 466, mantém tanto o CLE, como o ALE, ênfase que o último não exclui o primeiro.

5 CONCLUSÃO

Retornamos à nossa questão investigativa: como garantir a participação de crianças em pesquisas científicas, sem negligenciar seus direitos à proteção? Nós pesquisadores, na intenção de pesquisa, devemos partir do princípio ético de pesquisa, como a honestidade, respeito, confiabilidade, objetividade, imparcialidade, veracidade, cuidado e responsabilidade. Trazendo em pauta o reconhecimento de autorias, autorias de infâncias e adolescências em seus diversos contextos ontológicos.

Os resultados apontam que há uma emergência do campo para a valorização do discurso da criança, enquanto atores sociais, que produzem e se comunicam, permitindo visões confiáveis do mundo e mantendo o direito de participar ativamente nele. A partir de pesquisas participativas, com abordagens e metodologias que ampliem a escuta sensível e a empatia, com um olhar que desmistifique a relação de poder do adulto pesquisador em relação aos participantes de pesquisa, potencializando as agências e garantindo direitos. Desse modo, torna-se necessário a reflexão e o reconhecimento de desafios e dilemas que se colocam aos pesquisadores que investigam o público infantil.

No caso específico da investigação com crianças, a partir dos estudos da criança, parece-nos muito importante assegurar um diálogo estreito entre os pressupostos teóricos que orientam o nosso papel enquanto investigadores que valorizam processos de pesquisa em que as crianças assumem autoria nos modos de produção de conhecimento acerca dos seus mundos de vida e os contextos institucionais. A propósito destes últimos, concordamos com Spyros (2011) quando refere que as normas de regulação social, a partir das instituições, moldam as vozes das crianças, conforme os interesses e agendas do pesquisador. Assumindo esta cautela, consideramos que é fundamental desenvolver possibilidades teóricas e metodológicas de produção e representação destas vozes renovadas, sendo importante ir além de posicionamentos acríticos, mobilizados por muitos comitês de ética, acerca do uso de imagens de crianças na pesquisa, pois eles são contraditórios com os referenciais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. O que é racismo estrutural. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1990.
- BRASIL. Lei nº 13257, de 8 de março de 2016. Marco Legal da Primeira Infância. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF, 1996.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012. Dispõem sobre revisões periódicas a Resolução 196/96, conforme necessidades nas áreas tecnocientíficas e ética. Brasília-DF, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.
- CARPENTIER, Nico; DUARTE MELO, Ana; RIBEIRO, Fábio. Resgatar a participação: para uma crítica sobre o lado oculto do conceito. Comunicação E Sociedade, n. 36, 2019, pp. 17–35. [https://doi.org/10.17231/comsoc.36\(2019\).2341](https://doi.org/10.17231/comsoc.36(2019).2341)
- CORSARO, William Arnold. Sociologia da infância. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CHÂTEAU, Jean. O jogo e a criança. São Paulo: Summus, 1987.
- EISENHART, Margaret. HOWE, Kathy. Validity in educational research. In: Lecompte. The handbook of qualitative research in education, 643-680, 1992. 820.
- FERNANDES, N., Caputo, S. G. Quem tem medo das imagens das crianças na pesquisa? – Contributos para a utilização de imagens na pesquisa com crianças, Sociedad e Infancias, 5, número especial, 2001. 5-19.
- FERREIRA, Aurélio Dicionário Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- FONTENELLE, Lais. Criança e Consumo: 10 anos de transformação. São Paulo: Instituto Alana, 2016.
- GALLAGHER, James. Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisa Biomédica em Seres Humanos. São Paulo: Loyola, 2004.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GEERTZ, C. The interpretations of cultures. Nova York, Basic Books, 1973.

KOHAN, Walter Omar. A infância da Educação: o conceito devir-criança. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, dez. 2005. Disponível em:
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/2/1/a-infancia-da-educacao-o-conceito-devir-crianca>.

LANDSDOWN, Gerison. A framework for measuring the participation of children and adolescents. UNICEF: MENA. Regional Office. 2009

LARROSA, Jorge Bondía. Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de Pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, SP: Atlas 2003.

ONU – Organização das Nações Unidas Brasil. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ONU – Convenção sobre os direitos da criança. Disponível em:
<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ONU – Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. Dispõe sobre o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações. Organização das Nações Unidas, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>.

ONU – Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <http://www.onubrasil.org.br/documentosdireitoshumanos>.

PAZ, João. (Ed.). Ética e Investigação no Digital. LE@D, Universidade Aberta, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.34627/leadf.2022.6>>.

PRADO, R., VICENTIN, M. C., ROSEMBERG, F. Ética na pesquisa com crianças: uma revisão da literatura brasileira das ciências humanas e sociais. Childhood & Philosophy, v. 14, n. 29, 2018, 43-70.

SPYROU, S. The limits of children's voices: from authenticity to critical, reflexive representation. Childhood, Thousand Oaks, v. 18, n. 2, 151-165. <https://doi.org/10.1177/0907568210387834>
Trachtenberg, A. (2013). Ensaios sobre fotografia de Niépce a Krauss. Lisboa: Orfeu Negro. 2011